

TRANSPOLÍTICA DA CIBERCULTURA¹

Ruína do Estado e da política na civilização mediática avançada

Eugênio Trivinho²

Resumo: O artigo traz uma reflexão crítica acerca da condição do Estado e da política na cibercultura, tomada como categoria de época, sinônima de *civilização mediática avançada*. A primeira parte faz uma releitura da noção de transpolítica na teoria social contemporânea. A segunda sintetiza os elementos teóricos, epistemológicos e, em menor medida, empíricos implicados no conceito de *dromocracia cibercultural*, então proposta como designação para a era em curso. A terceira parte reescala as anteriores ao articular os conceitos trabalhados com o objetivo de (1) apreender as relações de *assincronia radical progressiva* entre a *forte potência dromocrática do universo infotecnológico instituído* e a *frágil competência dromológica das instituições políticas herdadas da modernidade*, condição social-histórica identitária ao *fenômeno transpolítico*; e, por pressuposição, de (2) contextualizar, nesse cenário, a *falácia teleológica dos discursos ciberufanistas correntes*.

Palavras-chave: Cibercultura. Transpolítica. Estado moderno.

I – NOTA INTRODUTÓRIA

A empiria processual da transpolítica – a sua fenomenologia típica e imanentemente múltipla (por mais abstrata que se seja) – constitui característica significativa do mundo tecnológico contemporâneo. Cenário historicamente inédito, com emergência majoritária na segunda metade do século XX, segue, no entanto, desconsiderado pela teoria social e, em especial, pela teoria da comunicação.

Naturalmente, a diversidade de sua manifestação social-histórica – acontecimentos, situações, fenômenos, processos, tendências – é por demais extensiva para

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Tecnologias Informacionais de Comunicação e Sociedade”, do XV Encontro Nacional da COMPÓS, na UNESP-Bauru/SP, em junho de 2006. A versão completa do texto integra a obra *Crítica da cibercultura: dromocracia, glocal e transpolítica*, resultante de pesquisa desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC/SP, no período de 2003 a 2005, e cujo lançamento foi reescalado para 2006.

² Professor e Vice-Coordenador do PEPGCOS-PUC/SP, pesquisador do CNPq e coordenador do CENCIB – Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura (PUC/SP). E-mail: eugeniotrivinho@uol.com.br.

ser teoricamente integralizada no presente momento. Sob tal evidência, este estudo reúne os elementos teóricos, epistemológicos e, em menor medida, empíricos da investigação de um dos aspectos provavelmente mais relevantes da questão: o das relações entre transpolítica e cibercultura. Nesse recorte, o foco reflexivo recai [1] sobre as relações de *assincronia radical progressiva* entre o estatuto atual do Estado e da política como instituições herdadas do *projeto da modernidade* (cf. HABERMAS, 2002; LYOTARD, 1986) e o *modus operandi* dromocrático avançado da história hodierna; e, em perspectiva, [2] sobre as conseqüências para os discursos teleológicos e promocionais que vicejam justamente por força do mencionado descompasso. Em termos específicos, a investigação estabelece, pela categoria da crítica teórica e ao modo de teses – situadas ao nível mais abstrato de uma proposta epistemológica orientada –, a condição singular do Estado e da política institucionalizada no contexto social-histórico da *dromocracia cibercultural* (TRIVINHO, 1999, Parte I, Cap. V, 2001a, p. 209-227, 2005), conforme adiante caracterizada. A tarefa de apreensão dessas relações e do vislumbre de tal condição institucional é – como os próprios conceitos o pressupõem – saldada em remissão fundamental à questão da velocidade tecnológica (cf. VIRILIO, 1977, 1984a, 1984b, 1995, 2002, TRIVINHO, 2001a, 2005), há décadas um capital social majoritário (também considerado à frente) de valoração desigual de cidadãos, corporações, Estados, ONGs e mesmo nações inteiras.

II – TRANSPOLÍTICA

Uma sucinta revisão bibliográfica do conceito de transpolítica foi estabelecida em outro lugar (TRIVINHO, 2005). Necessita, com efeito, ser aqui repostas, em novas bases, a título de sistematização complementar.

As primeiras percepções conceituais do fenômeno foram apresentadas por Virilio (1977, 1978, 1984) e Baudrillard (1983, 1990) no último quarto do século XX. Constituem, evidentemente, perspectivas diferentes em matéria epistemológica e valorativa, embora o uso de significante idêntico se justificava pelas propriedades empíricas do próprio fenômeno. Para ambos os autores, o conceito de transpolítica [1] abarca o cenário transnacional da Guerra Fria, polarizado entre duas esferas institucionais e geo-estratégicas

de poder, tais como reduzidas a seus “centros” de inteligência e comando, os EUA e a ex-URSS; [2] pressupõe relação inextricável entre desenvolvimento tecnológico-nuclear avançado, sofisticação do conflito bélico (com a automação da capacidade de ataque e defesa em tempo real) e terrorismo informacional de Estado; [3] define uma condição aporética da política oficial em escala mundial, no sentido de que, produzida diretamente pelas duas esferas beligerantes, figurava, perante e para eles, como construção social-histórica autônoma, com vigência e curso impassíveis de serem *prontamente* alterados ou solucionados, seja por cada Estado, seja por esforço mútuo; e, [4] por derivação lógica, designa uma condição estrutural e duradoura de impotência dos Estados nacionais e do *imaginário político institucionalizado*, posto que, ao desencadear o jogo de conflito por recalitração de interesses, congelavam, simultaneamente, as possibilidades de ação racional progressiva (própria ao campo político), restando reféns das regras desse jogo. Encerrava-se, assim, nessas injunções idiossincráticas, a superação do político como vetor de produção, organização e transformação (dialética ou não) das condições sociais de existência humana.

Com efeito, a especificidade da transpolítica, para Baudrillard, residia no fato de, para além do poder tecnomilitar absoluto que ela implica, vigorar como mera simulação política da guerra de destruição total. O conflito bélico transpolítico se limitava à lógica binária de uma truculência simbólica mútua e permanente – o jogo da chantagem imanente às situações de terror, processo agônico majoritariamente realizado no âmbito sígnico –, cuja evidência era a de jamais ter seu conteúdo efetivado: a rigor, a culminância destrutiva seria antitética à essência da própria guerra, posto que inexistiria vencedor.

Essa condição excepcional de neutralização e congelamento bélicos do político, de vácuo de poder institucional e de fogo em razão do mútuo reescalonamento desse poder ao patamar de aniquilação máxima e imediata – pressupostos básicos da transpolítica, para Baudrillard –, operava, como consequência irreversível, a suspensão do movimento (dialético, no caso) da própria história: no cenário da racionalidade tecnológico-nuclear, um passo militar adiante em direção ao inimigo significava ruptura do precário equilíbrio estacionário do terror, condição histórica de guerra então desfavorável para ambos os beligerantes.

O simulacro da política internacional redundava, para Baudrillard, no hiperrealismo da guerra. A notável resultante desse cenário era a necessidade obsessiva diária de produção de indicadores (forjados que fossem) e de demonstração veemente de

supremacia econômico-financeira, tecnológica, cultural e militar por parte dos dois modelos de organização social e política.

No todo, o fenômeno transpolítico configurava, para Baudrillard, uma garantia paradoxal e banal de reprodução do gênero humano sem solução de continuidade. Sem motivos, no entanto, para celebrar esse cenário, Baudrillard sinaliza, assim, que a potência do político já se corroía tarde e sem deixar saudades.

Diferentemente, para Virilio, a transpolítica configurava ameaça real de aniquilação universal, tal como jamais imaginada em fases históricas pregressas. Participava e se nutria, como tal, do que o autor nomeou de “guerra pura”, processo cujos objetos de disputa política não eram mais territórios, culturas e/ou mercados, pomas de discórdia tradicionais e modernos (no sentido histórico-cultural), mas o domínio emergencial e absoluto da velocidade técnica e tecnológica, fonte de poder tão antiga quanto a epopéia da espécie. A supremacia dromocrática no campo militar, então reivindicada por ambos os Estados beligerantes, permitia o trabalho estratégico diuturno e invisível do conflito, então imperceptível aos cidadãos comuns.

A capacidade técnica e tecnológica, instalada em rede interativa nacional e transnacional, para a iniciativa de ataque nuclear e para a reação defensiva havia chegado ao ponto de subtrair sumariamente da inteligência estratégica o tempo necessário para a reflexão – duração de que sempre se nutriu a ação propriamente política – e de se resumir à legitimidade do acionamento imediato de dispositivos digitais. A contenda nuclear, assim fora de controle do cálculo convencional (relativamente lento) entre meios e fins, restava inteiramente facultada à incerteza.

Para Virilio, era necessário, pois, politizar a transpolítica, isto é – pelo que se depreende de sua reflexão –, reposicioná-la, por prudência, na mesa de negociações racionais, próprias das regras políticas (convencionais ou heterodoxas), para esgotamento dos canais institucionais de conversação e de entendimento possível, em nome da reversão satisfatória do horizonte de terror. Em suma, a única alternativa viável, nessas condições, residia, para Virilio, na própria recuperação do potencial do político, contra-estratégia pacífica que pressupunha a politização permanente da guerra pura, do seu substrato técnico e tecnológico (a velocidade) e de todos os fatores direta ou indiretamente vinculados.

Naturalmente, o fenômeno da transpolítica ultrapassa o seu vínculo originário com a Guerra Fria. Por certo, o jogo de neutralização pela chantagem nuclear entre os Estados capitalistas do bloco ocidental e as burocracias socialistas do Leste se rompeu ao final da década de 80 do século passado, com o desmoronamento encadeado destas últimas e com o conseqüente deslocamento (em natureza, *modus operandi*, intensidade e implicações singulares) do eixo básico do conflito bélico mundial para o embate dos países ocidentais desenvolvidos do hemisfério Norte (sob a liderança dos EUA) com o terrorismo de milícias étnicas organizadas em rede internacional invisível. A evidência distintiva da transpolítica pulsa plenamente nesse novo estirão factual, na medida em que a repentina mudança de referenciais do processo bélico mundial potencializou o coeficiente de imprevisibilidade da qual se nutrem as suas formas de manifestação.

A constância da transpolítica não se reduz, porém, a sinuosidades de idêntica rota. Seu processo fenomênico perdura (e, por extensão, a sua temática se convalida, com novos matizes, para o debate intelectual) porque os seus elementos estruturais – a saber, amplitude internacional, acontecimento fora de controle, erosão da função pública do Estado e da política instituída, velocidade tecnológica, violência objetiva (concreta ou simbólica) do arranjo sociotécnico, conteúdo de terror, incerteza – constam, nos dias atuais, multiplamente rearticulados e revigorados.

Com essa tônica, o conceito de transpolítica abrange, a rigor, todos os acontecimentos e fatos, situações e circunstâncias, fenômenos, processos e tendências sociais, econômicos e/ou tecnológicos, seja duradouros, seja transitórios, sempre de alcance macroestrutural, cuja natureza, dinâmica e conseqüências escapam, inteira ou parcialmente, à jurisdição das instituições políticas consolidadas na trajetória de realização do iluminismo francês e do liberalismo inglês nos últimos séculos; vale dizer, cenários cujo desenvolvimento e consolidação heterodoxa se autolegitimam nos e a partir dos fluxos auto-regulatórios e oscilantes do mercado das trocas – *locus* conservador do investimento social de desejos e intenções em massa –, à revelia inexorável, à sombra indiferente e/ou às expensas cínicas e não-contabilizadas do potencial de administração, monitoramento e/ou controle por parte do aparelho de Estado e/ou das regras racionais e discursivas da lógica pragmática da ação política institucional.

Nessa perspectiva, o conceito de transpolítica encerra, no contexto do presente ensaio, demarcação social-histórica, tecnocultural e operacional específica: vincula-se

exclusivamente, ao *modus operandi* dromocrático da cibercultura, aqui tomada como nomenclatura definitiva de época, compreendendo, no pormenor, o ciclo social-histórico estruturado como *civilização mediática avançada* (cf. TRIVINHO, 1999, 2001, p. 209-227, 2005). A transpolítica se lastreia, por pressuposto, na onda de esgotamento estrutural do capitalismo tardio (cf. MANDEL, 1985, HABERMAS, 1980, BEINSTEIN, 2001), em sua fase neoliberal, informacional globalizada (POSTER, 1990, CASTELLS, 2003, GORZ, 2005) e cultural pós-moderna (cf. LYOTARD, 1986; JAMESON, 1997, VATTIMO, 1990; TRIVINHO, 2001, p. 39-78, 161-174), tal como plenamente definida a partir do fim da Guerra Fria.

III – TRANSPOLÍTICA DA CIBERCULTURA

A dinâmica estrutural típica do *modo de socialização cibercultural* pode ser teoricamente explanada em perspectiva sinóptica. Sua complexidade dromocrática – aquela relativa a um contexto social-histórico imanentemente promanado da velocidade tecnológica e comunicacional como regime de articulação e modulação da vida humana – radica numa *equação empírica tautológica* silenciosamente embutida nos *discursos publicitários pantópicos (corporativos, governamentais e/ou acadêmicos) de promoção da época*: o imperativo histórico da *interatividade como procedimento comportamental padrão e conservador* (cf. TRIVINHO, 2005) requer de todos os indivíduos e setores *acesso ao domínio privado pleno das senhas infotécnicas de acesso ao e de participação permanente e efetiva nas relações sociais na cibercultura*. A equação de partilha modelar do *mainstream* da sociabilidade interativa e do mercado de trabalho virtualizado em metrópoles, cidades médias abastadas e demais espaços urbanizados com perfil idêntico de desenvolvimento estipula, pois, dois tipos diferentes de acesso, o segundo condicionado ao primeiro: o domínio do *capital infotecnológico* (equipamento conectado ao *cyberspace*, *status* de usuário teleinteragente pressuposto) e do *capital cognitivo conforme* (conjunto satisfatório de conhecimentos pragmáticos e utilitários sobre linguagens, produtos e redes digitais, língua inglesa inclusa) determina, *em tese*, as possibilidades de sintonia com a época e seus horizontes e de usufruto de oportunidades (nem sempre reais) na esfera tecnológica da

produção e na do tempo livre e de lazer. Os ingredientes da equação antes mencionados se apresentam, portanto, como capital social [na perspectiva de Bourdieu (1979, 1980)] de permissão e prerrogativas. Em suma, o *acesso ao capital social de acesso* constitui a empiria processual típica abrangida pelo conceito de *dromoaptidão propriamente cibercultural*, competência individual e coletiva socialmente gerenciada no e pelo mercado de trabalho e no e pelo mercado de consumo (por todos os produtos destinados ao lazer digital e virtual, *online* ou não). A lógica da cibercultura encerra, com efeito, uma inflexão de monta, cuja gravidade tem sido infelizmente pouco notada ou compreendida: discursos promocionais da época rezam que o domínio das senhas infotécnicas de acesso precisa se traduzir efetivamente em *posse privada* (isto é, vincular-se, sobretudo e diretamente, ao espaço residencial) e, além disso, que essas senhas devem dispor de *potência plena contínua* (isto é, viger atualizadas, em compatibilidade com as últimas versões lançadas pelo setor produtivo da megainfoburocracia transnacional³). Nesse contexto, a *natureza* do acesso ao tipo de capital social de acesso acaba por modular ainda mais – para cima ou para baixo – a escala de inserção da dromoaptidão própria dos sujeitos teleinteragentes na *hierarquia dinâmica da cibercultura*. Não basta, portanto, *qualquer* tipo de acesso, *qualquer* objeto infotecnológico, *qualquer* capital cognitivo, *qualquer* dromoaptidão – o pertencimento ao *mainstream* predominante depende de uma fila *a priori* de fatores.

Tal embaraço endógeno suplementar obedece a razões sistêmicas. O *modus operandi* da cibercultura prevê, como garantia imanente de auto-reprodução social-histórica, a *reciclagem estrutural* das senhas infotécnicas de acesso (cf. TRIVINHO, 1999, 2001a, p. 209-227, 2005): versões vigentes de objeto infotecnológico (considerado no todo ou em partes) vêm-se sobrepujadas por congêneres supostamente mais avançadas em matéria de velocidade de processamento e capacidade de assimilação e armazenamento de dados,⁴ movimento eclipsante que repercute, em retorno, no estágio conquistado do capital cognitivo e até no alcance atingido de permissibilidade *online*. Essa *sobredeterminação cíclico-retroativa* cumpre, obviamente, função impessoal não somente desqualificadora. *Devastação tecnológica programada*, baseada em tendências relativamente calculadas de mercado e que,

³ O conceito se refere à instância social, econômica e política (*latu sensu*), de base corporativa, estatal e/ou não-governamental, responsável pela produção e comercialização de *objetos infotecnológicos* e *produtos ciberculturais* (para uso *off-* ou *online*) e pela estabilidade internacional do *cyberspace*. O termo foi detalhadamente explanado em Trivinho (1999, Parte I, Cap. I).

⁴ Na última década do século passado, o tempo cíclico médio dessa depreciação sociotécnica era de cerca de um ano e três meses. Recentemente, especialistas do ramo a estimam em algo próximo de um semestre.

na ponta da cadeia factual, acaba por se autopropor como legítima e necessária, a reciclagem estrutural se destina a redesenhar integralmente, no transcurso de pouco tempo, a paisagem do *parque digital instituído*. O núcleo de pulsação dessa lógica sociotécnica chama-se *mais-potência* (ibidem), valor infotécnico cumulativamente suplementar que, incorporado à totalidade ou a partes do objeto infotecnológico (pressupostos todos os *produtos ciberculturais* indispensáveis), perfaz (ou pretensamente perfaz) a imagem da versão mais atual das senhas de acesso. A mais-potência funciona como *moeda sistêmica* da cibercultura. Sua posição industrial cíclica, a sua promoção publicitária permanente e a demanda por ela no mercado de produtos ciberculturais a transformam, em escala macrossocial, em dispositivo de provocação de estabilidades transitórias no parque digital vigente, em compatibilidade com a necessidade de (indução de) desequilíbrios estruturais intermitentes em nome da sobrevida ampliada, com margens garantidas de segurança, do setor produtivo da megainfoburocracia transnacional. A potência interativa do parque tecnológico estagia, então, em média estatística, em determinada escala de mais-potência até restar *pari passu* comprometida – simbólica, física e socialmente – por senhas infotécnicas de acesso representativas de mais-potência superior. É a partir desse nível sistêmico de processamento que a lógica da reciclagem estrutural, de par com os discursos publicitários do ramo, alcança, como pressão autoritária e sedutora *partout*, as residências, corporações e setores comerciais, os governos e as demais organizações, subordinando-os à autocombustão cíclica crescente do capitalismo tardio em sua fase virtual.

Em especial, o *capital social individual* conquistado num período vê-se, então, açambarcado pela exigência sumária de domínio (considerado tanto mais como “posse”) de sua variante ulterior e prevalente. O *deslocamento progressivo da mais-potência* repercute, por evidente, sobre a capacidade do próprio acesso à época (o segundo da mencionada equação), sucateando o seu *potencial dromológico de inserção, de partilha e de alcance*. A lógica da reciclagem estrutural tem função de máquina-de-guerra: ao triturar direitos, pisoteia, de roldão, o (valor cultural epocal do) próprio cidadão, em sua forma interativa; substancialmente a-ética, atenta, nesse sentido, contra os próprios consumidores, que financiam, a rigor, o desenvolvimento das indústrias do ramo.

Não por outro motivo, a pressão empírica e publicitária do contexto é sutilmente implacável em suas recomendações de praxe ao prever, no núcleo do capital social conforme, no que concerne ao domínio privado *pleno* padrão, a necessidade deste outro

elemento basilar: o acompanhamento satisfatório (em geral, não-sequencial, em sentido estrito) *da lógica da reciclagem estrutural da mais-potência das senhas infotécnicas de acesso*. Esse apontamento atualiza e reescala, por pressuposto, a explanação (anterior) a respeito da lógica da cibercultura. Em suma, a dromoaptidão condecorada pelo *mainstream* digital é a que equivale àquele domínio (posse) das senhas infotécnicas próxima ou precisamente situado no ponto extremo da *esteira agonístico-restaurativa da mais-potência*; aquela (dromoaptidão) capaz de “suportar” relativamente bem os *efeitos colaterais propositais de exclusão* característicos da lógica da reciclagem estrutural e que se dispõe aberta à sua reciclagem própria, ao seu deslocamento vertical na ordem da mais-potência; enfim, aquela que traduz, no trato pragmático com as senhas, assimilação e manutenção de capital social intermitentemente inflado de “novo” valor. Os demais níveis de dromoaptidão são objeto de *tolerância operacional necessária*, justamente porque fadados ao definhamento.

Em linhas gerais, sintetizam-se na sucinta reflexão acima os elementos epistemológicos e empíricos fundamentais implicados na noção de dromocracia cibercultural. Perfazem, nessa medida e com efeito, mais que a dinâmica estrutural de seu modo interativo de socialização, a sua *autopoiesis* típica, intrínseca e intocável. Cúmplice secreto da recente trajetória histórica das democracias formais (em seu modelo republicano ou monárquico, ocidental ou oriental), o complexo *modus operandi* da dromocracia cibercultural é, em essência, transpolítico, na acepção anteriormente consolidada.

A *invisibilidade operacional* desse movediço “edifício” sociotecnológico – com a licença de outra metáfora – guarda mais facilidade de encerrar e autolegitimar socialmente um *terror pulverizado e irresolúvel*, sem fonte específica, sem rosto, que ataca sem ataque e, por isso, segue mais fortemente sem ser combatido ou impermeável à resistência ativa. Um processo civilizatório que, para além das exigências convencionais de qualificação cognitiva e especializada para a vivência no contexto de qualquer espaço urbano, faz sobrepender, nos ombros de todos, via pressão autóctone de fatos e discursos de época, a exigência de acesso individualizado à condição de domínio privado pleno das senhas de acesso (inclusive o acompanhamento da roda-viva da mais-potência) e que, ao mesmo tempo, subtrai, a olhos vistos, a possibilidade de usufruto desse ditame ao não condicionar, socialmente, pelo imaginário político vigente e, sobretudo, pelos seus instrumentos

executivos e normativos, a distribuição equitativa dos acessos previstos – esse processo civilizatório não vigora senão como *fascismo cibertecnológico hipostasiado e obliterado* nas relações sociais. Para os efeitos de praxe, vige uma inversão banal de valores: tudo se processa como se não ocorresse violência alguma e, pior, como se falar em *terror ou fascismo do arranjo técnico sofisticado* fosse extravagância e insensatez da crítica teórica às tendências de época.

Como não podia deixar de ser, essas injunções – *modus operandi* dromocrático, transpolítica, invisibilidade operacional, terror objetivado e auto-anulado – sobredeterminam, rearticulam e reescalam, evidentemente, os “esquemas” sociais convencionais de integração, segregação e banimento *in loco* (de indivíduos, empresas e demais instâncias). Na cibercultura, o postulado maniqueísta da inclusão/exclusão consta inteiramente implodido em favor de uma dinâmica matizada, híbrida, que se lastreia e se perfila numa complexa e oscilatória hierarquia (com várias filigranas em sua graduação de entremeio) de *tipos de acesso ao capital social propriamente dromocrático*. Se, sobretudo nos países subdesenvolvidos, a prerrogativa de mero acesso às senhas infotécnicas não é dada a todos; se, no caso da parcela aí beneficiada pelas oportunidades desigualmente distribuídas, a preservação e otimização de tais senhas no domo ou no escritório próprio também não é dada a todos; se, nesse patamar, no caso do estrato socialmente favorecido, a possibilidade equitativa de acompanhamento permanente do rastro cíclico da mais-potência não é, *per se*, evidente; enfim, se a dromoaptidão propriamente cibercultural é objeto de tal domínio granulado e rarefeito, internamente diferenciado (quanto mais se desce a *pirâmide dromocrático-cibercultural*), tem-se, pois, dado um *drama cultural surdo e concretamente difuso* que não podia ser senão identitário ao terror *ex-nihilo*, proveniente como que do nada e processado como tal, ao calor de vozes uníssonas do mercado de trabalho e de lazer em torno da cantilena teleológica corporativa, estatal e não-governamental do domínio privado pleno das senhas de acesso.

Por motivos lógicos, é nesse contexto que se encontra compulsoriamente desencadeada a necessidade premente de *ciberalfabetização em massa*, em escala crescente. Esse requisito equivale, literalmente, a uma sobreaculturação, isto é, a uma *aculturação tecnodromocrática cumulativa* à e, não raro, para além da aculturação convencional própria da socialização primária (no sistema familiar, religioso e vicinal) e complementar (do sistema

escolar), necessária à “negociação” com os modelos de sociabilidade e de moral vigentes. Essa *sobreposição pretensamente requalificatória* expõe bem a proporção daquilo em que radica o próprio *processo civilizatório mediático avançado* dos indivíduos, corporações, governos e demais setores, um *processo tecnológico e antropológico longitudinal*, sem centro de comando e hipertélico [sem finalidade, na acepção peculiar de Baudrillard (1983)], destinado a *civilizar* corpos, mentes e estruturas sociais para a dromocracia cibercultural, em prol da perpetuação desta como época histórica.

IV – RUÍNAS INSTITUCIONAIS

Esse cenário social-histórico transpolítico reescreve, evidentemente, a condição do Estado moderno, legado pela tradição do iluminismo e do liberalismo. A manterem-se as tendências correntes, ao Estado não calha outro horizonte senão o estranhamento e degredo diários (propositais ou involuntários) de seus próprios desígnios históricos e institucionais. A evidência dessa intempérie paradoxal pulsa no social em virtude da *impossibilidade e/ou incapacidade* de o Estado gestar e implementar políticas macroeconômicas consistentes de distribuição equitativa do capital social exigido, na modalidade da dromoaptidão propriamente cibercultural, mediante condicionamento programado de margens crescentes de acesso privado, individualizado e pleno às senhas infotécnicas de acesso, em estrita consonância com as necessidades social-históricas de *ciberalfabetização massificada e permanente*, compatível, por seu turno, com a lógica da reciclagem estrutural e tal como demandada pela esfera da produção e do mercado de lazer digital; vale dizer, políticas públicas eficazes, de caráter *adequadamente* compensatório e/ou corretivo e de validade extensiva, capazes de aplacar ou estancar os efeitos espirais duradouros do *terror estrutural obliterado* do *modus operandi* da dromocracia cibercultural.

O veredicto factual comparativo da época não poderia ser menos peremptório: a ruína mais acabada e incontornável do Estado coincide com a emergência irreversível da transpolítica dos fenômenos tecnológicos atuais, arranjados socialmente na forma-fluxo da comunicação em tempo real como vetor de articulação e modulação da vida humana. A matéria envolve, com efeito, complicadores de maior peso. A sina do Estado moderno não é

seção o sintoma de uma *falência institucional encadeada* que atinge, para além da política *stricto sensu* (em natureza, imaginário e alcance), o chamado “terceiro setor”, formado por ONGs e demais organizações sociais.

Essa corrosão em cadeia da potência e do papel do Estado e da política radica em motivos sistêmicos. As idiossincrasias historicamente inéditas da civilização mediática avançada incluem uma contradição absoluta, não dialética, entre, por um lado, a natureza, o funcionamento e a eficiência do *universo infotecnológico vigente*, regido pelos princípios mercadológicos e financeiros do setor produtivo da megainfoburocracia transnacional e, por outro lado, o modo de gestão, o diâmetro de alcance, a durabilidade e a eficácia das políticas públicas do Estado e de seus organismos multilaterais de partilha, destinadas a contrapor as injunções e saldar os dilemas do contexto. O processo envolve, fundamentalmente, uma *distinção intransponível de velocidades*, que representa, no fundo, um *conflito histórico seminal de modelos dromológicos de desempenho*, de *tipos e intensidades de dromoaptidão operacional e instrumental* (agora tomada no sentido mais extensivo, não propriamente ligada às senhas infotécnicas de acesso). A potência dromocrática do *modus operandi* cibercultural é – ou, ao menos, tem se mostrado –, de fato, bem mais elevada que a competência dromológica conjunta do Estado, da política instituída e das demais instâncias que lhe dão retaguarda, na qualidade de gestores, propositores, empreendedores e/ou gerenciadores no âmbito dos “negócios digitais”.

Do ponto de vista metodológico, importa pouco, a rigor, qualquer *apreensão de fundamento* ou *valoração de “substância”* dos dois pólos do processo, na forma da alegação de que a razão deste, por exemplo, está no fato de o Estado e a política instituída – seculares, burocratizados, espetacularizados, não raro auto-referenciais e lentos (mesmo que doravante em rede), com tônica na vigilância e no controle racionalizados (cf. WEBER, 1994, 517-580; MARCUSE, 1967; 2000; BOBBIO; BOVERO, 1994; DEBRAY, 1994; CASTELLS, 2002) – serem *essencialmente* dromoinaptos; ou no fato de o capital próprio do escalão produtivo da megainfoburocracia ser, ao contrário, *essencialmente* ágil, arrojado, mutante, aberto ao mundo e focado na inovação constante, com inteligência estratégica maturada na necessidade diuturna de sobrevivência e expansão no reino global e altamente flutuante do valor de troca digital. Embora as duas últimas hipóteses sejam, de longe, as corretas, importa aqui, antes de tudo, apreender e demonstrar, sob o prisma da categoria da velocidade – vale dizer, mediante leitura sociodromológica crítica do *modus operandi* da

cibercultura –, o resultado em bloco das repercussões da mencionada *discrepância visceral de desempenhos e de eficácia* em termos de ruína da função pública do Estado, da política instituída, das ONGs e das demais organizações.

Esses apontamentos merecem complementação pormenorizada, porquanto implicam, em retorno, sério impacto na necessidade social-histórica de ciberalfabetização em massa. Na medida em que o descompasso entre a *construção dromocrática aleatória do mundo cibercultural* e a capacidade de resposta consistente por parte do Estado e da política instituída é flexionada pela lógica da reciclagem da mais-potência, as políticas públicas do Estado e/ou os projetos sociais de “inclusão digital” de ONGs e congêneres (de alcance nacional, regional ou local) voltados para a viabilização ou provisão de acesso ao domínio (tanto mais privado e pleno quanto possível) das senhas infotécnicas ou, em particular, ao capital cognitivo conforme sem compromisso com a posse objetual privada e individual (conforme exclusivamente previsto no conceito de ciberalfabetização em massa) – numa palavra, voltados para o condicionamento social extensivo da “aquisição” da dromoaptidão interativa – encontram-se fadados ao *insucesso relativo recorrente* em médio prazo. Políticas e projetos implementados hoje, plenamente válidos e necessários de partida, caem comprometidos na seqüência, na medida em que – conforme antes visto – os seus resultados ficam prejudicados a cada par de rotações na escala da mais-potência, para renovação dos parques tecnológicos nacionais e dinamização da economia global. Em termos empíricos, a transmissão social do conhecimento sobre linguagens informáticas vê-se erodida, num par de anos, sempre que o setor produtivo e comercial da megainfoburocracia transnacional e o mercado comungam em prol desse deslocamento peculiar.

Em tal cenário, a ciberalfabetização em massa, em particular, na qualidade de dramático desafio social-histórico e político contemporâneo e conforme propalado e legitimamente reivindicado pelos discursos neo-utópicos correntes, resulta ser, obviamente, no estrito rigor do termo, missão histórica impraticável. Para além de qualquer pessimismo, a impossibilidade intrínseca (do ponto de vista histórico, político e técnico) desse mister não demonstra senão o equívoco falacioso de todas as *intenções teleológicas politicamente corretas* (agora reescaladas para o contexto da cibercultura e do *cyberspace*) em favor da “inclusão digital” total, seja por via da facilitação do crédito pessoal para a aquisição de

“equipamentos populares” com “softwares de patente”,⁵ seja por via da promoção ampliada de softwares de “código aberto” (chamados “livres”).

Confirmando, pois, o substrato da própria noção de transpolítica, *o modus operandi* dromocrático-cibercultural prescinde de solução operacional completa e definitiva, mesmo em longo prazo. A contradição endêmica e aporética entre a potência dromocrática de sofisticação cíclica do universo infotecnológico vigente e a potência dromológica relativamente extática das instituições políticas modernas constitui flexão estrutural sem possibilidade de redenção histórica.⁶ Somente uma mitigação sazonal – mesmo assim tímida e precária, com avanços sob retrocessos certos – é, nesse terreno, avistável no horizonte. Tanto mais assim, na vacuidade institucional apontada e na intempérie das esperanças de praxe, o fenômeno transpolítico, nuançado pelo *terror cultural do imperativo interativo*, obtém sinal verde para prosperar sem fim.

Referências bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. **Les stratégies fatales**. Paris: B. Grasset, 1983.
- _____. **A transparência do mal**: ensaios sobre os fenômenos extremos. São Paulo: Papyrus, 1990.
- BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: a grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁵ O Programa “Computador Para Todos” desencadeado pelo governo brasileiro em 2005 é um exemplo populista híbrido das duas alternativas. O projeto, que no fundo se destina a alargar as margens de informatização e ciberespecialização das residências, corporações e demais organizações no território nacional, prevê vendas de equipamentos com sistema operacional de “código aberto” (Linux, em versão portuguesa, com 27 aplicativos) ao preço final à vista de R\$ 1.255,00 ou em 25 parcelas (!) de R\$ 69,90 (alcançando, no caso, o total de R\$ 1.747,00).

⁶ Se a condição do Estado escapa, nesse aspecto, até a ele mesmo, ao não se configurar (ela) como *questão política* justamente por transcendê-lo em natureza devido ao próprio contexto transpolítico, vê-se, então, quão pouco importa, para os intentos do presente ensaio, especificar o modelo de Estado em jogo – se teocrático, monárquico (puro), monárquico ou republicano parlamentarista, monárquico ou republicano presidencialista, social-democrata, socialista ou comunista, para citar apenas os principais. Trata-se, antes e no todo, do *Estado moderno*, de tônica industrial ou pós-industrial (há pouco tido como de Bem-Estar Social), aqui considerado independentemente de seu hemisfério geográfico de referência. A perspectiva sociodromológica da condição social de calamidade (em escala internacional) da cibercultura, na medida em que permite a apreensão, em registro social-histórico e antropológico, do pomo nevrálgico que matiza, em geral, o estatuto do Estado em seu próprio *environment*, pode dispensar apontamentos empíricos de pormenor, sem prejuízo para a checagem das hipóteses teóricas de trabalho e, sobretudo, para a consolidação consistente das teses e conclusões de processo.

BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 30, p. 3-6, Nov. 1979.

_____. Le capital social. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, p. 2-3, Jan. 1980.

DEBRAY, Régis. **O Estado sedutor**: as revoluções midiológicas do poder. Petrópolis: Vozes, 1994.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

POSTER, Mark. **The mode of information**. Cambridge: University of Chicago Press, 1990.

TRIVINHO, Eugênio. **Cyberspace**: crítica da nova comunicação. São Paulo: Biblioteca da ECA/USP, 1999. 466 p.

_____. **O mal-estar da teoria**: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual. Rio de Janeiro: Quartet, 2001a.

_____. **Crítica da cibercultura**: dromocracia, glocal e transpolítica. São Paulo: cópia reprográfica e digital, 2005. (A ser publicada em 2006).

VATTIMO, Gianni. **La société transparente**. Paris: Desclée de Brounwer, 1990.

VIRILIO, Paul. **Vitesse et politique**. Paris: Galilée, 1977.

_____. **Défense populaire et luttes écologiques**. Paris: Galilée, 1978.

_____. **L'horizon négatif**. Paris: Galilée, 1984a.

_____. **Guerra pura**: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984b.

_____. **La vitesse de libération**. Paris: Galilée, 1995.

_____. **L'inertie polaire**. Paris: Christian Bourgois, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, v. 1, 1994.